



LAZER E PLANEJAMENTO URBANO: Potencialidades a partir de indicadores baseados em Sistemas de Monitoramento de Qualidade de Vida Urbana

Autores:

Isabela Veloso Lopes Versiani - Universidade Estadual de Montes Claros - isabelamoc@yahoo.com.br
Anete Marília Pereira - Universidade Estadual de Montes Claros - anete.pereira@unimontes.br

Resumo:

O tema da qualidade de vida urbana tem sido uma problemática emergente que interfere no presente e futuro das cidades, legitimado pela crescente sistematização de indicadores que buscam mensurar aspectos e auxiliar no direcionamento de ações de planejamento urbano e de políticas públicas, inclusive no campo do Lazer. Embora reconhecido como um direito social por diversos documentos, o Lazer tem seu efetivo exercício democrático ainda distante de se realizar em consonância com as Políticas Urbanas, sobretudo na provisão de equipamentos públicos. De natureza exploratória, o presente trabalho busca evidenciar como o Lazer tem se inserido em alguns Sistemas de monitoramento de qualidade de vida urbana, a partir de quais indicadores e possíveis contribuições. Dentre os resultados, evidencia-se o potencial dos indicadores levantados em auxiliar o direcionamento de ações mais efetivas de planejamento urbano e de políticas públicas na busca por uma maior democratização do Lazer nas cidades.

LAZER E PLANEJAMENTO URBANO:

Potencialidades a partir de indicadores baseados em Sistemas de Monitoramento de Qualidade de Vida Urbana

INTRODUÇÃO

As dinâmicas, ações, conflitos e interesses que perpassam o uso do solo urbano pelo Estado, pelos agentes capitalistas e pela população ensejam diferentes formas de apropriação e efetivação da qualidade de vida em uma cidade, inclusive no que se refere às oportunidades e vivências de lazer nos espaços disponíveis, podendo ou não contribuir para um maior desenvolvimento social no meio urbano.

A democratização do lazer, como a de outros direitos sociais no Brasil, tem tido dificuldades para ocorrer no âmbito urbano, sobretudo quando se verifica uma intensa associação do lazer à esfera do mercado e da indústria do divertimento, na qual suas práticas e espaços são cada vez mais privatizados e convertidos em mercadorias, muitas vezes diretamente associados aos interesses capitalistas imobiliários, o que contribui, ainda mais, para processos de exclusão e intensificação de desigualdades socioespaciais (GOMES, 2006; MARCELLINO, 2006).

Por outro lado, a compreensão do lazer em uma perspectiva contra-hegemônica, base para uma nova cidadania fundamentada na liberdade, responsabilidade, participação e organização política (MASCARENHAS, 2000), pode ser um caminho para a ampliação de possibilidades transformadoras na esfera coletiva, principalmente quando vinculada à importância dos espaços públicos destinados à sua vivência enquanto espaço político que favorece o convívio e a mobilização social na promoção de melhores condições de vida.

Dentro dessa perspectiva, o reconhecimento da necessidade de políticas específicas de lazer e a discussão dos espaços públicos nesse processo, envolvidos diretamente com o planejamento urbano, podem ser potencializados a partir das possibilidades que a Reforma Urbana trouxe no final da década de 1980, principalmente através da implantação do Estatuto da Cidade (2001) e de seus instrumentos, dentre eles os Planos Diretores, e do fato do lazer aparecer legitimado diretamente por essas regulamentações, abrindo novos caminhos para que o espaço público de lazer seja incorporado nas discussões da Política Urbana das cidades de forma ampla, democrática e participativa.

Um dos aspectos mais importantes aqui é perceber que essa nova configuração na forma como deve desenvolver-se o planejamento urbano no país é um desafio. Conta com novos instrumentos (constitucionais, urbanísticos e tributários) para que a luta social e política na organização do espaço urbano possa acontecer a partir de outras bases políticas e não só restrita aos interesses econômicos, mas que contemple também o desenvolvimento social. Assim, se contrapõe à segregação social e espacial presentes até então e se coloca como uma alternativa à racionalidade técnica, instrumental e à dominação econômica nas questões urbanas para, dessa forma, vir a se firmar como meio pelo qual o *direito à cidade* possa acontecer para todos que nela habitam.

Nessa perspectiva, a busca de uma nova forma de planejar e intervir na cidade pauta-se pela compreensão de que todos têm *direito à cidade*, centrada em uma nova lógica de universalização do acesso aos serviços e equipamentos urbanos; gestão democrática que priorize a dimensão política de participação de seus habitantes; além da prevalência do interesse social sobre os interesses particulares que resulte na construção de um ambiente urbano mais justo e equilibrado, inclusive com espaços e equipamentos públicos de lazer disponíveis, de qualidade e descentralizados.

Dessa forma, efetivar o direito ao lazer na realidade do desenvolvimento urbano é reconhecer, também, a necessidade do espaço público de lazer como um direito a ser assegurado pelo Poder Público Municipal e vivenciado pela população. Ao ser incorporado à discussão do planejamento urbano das cidades, o lazer pode contribuir para um maior desenvolvimento social e bem-estar dos seus habitantes, fazendo-se presente na formulação e na efetivação de políticas públicas voltadas à sua democratização, entendidas como formas de garantir sua vivência na experiência cotidiana dos indivíduos e contribuir com a melhoria da qualidade de vida.

A preocupação com a qualidade de vida tem sido recorrente nos mais variados campos. Se a área da saúde foi a que mais se utilizou da pesquisa relacionada à qualidade de vida, sobretudo no que se refere ao tratamento de pacientes com problemas de saúde; avaliação e decisão nas intervenções médicas e efeitos de determinados medicamentos nos indivíduos (YUAN; YUEN; LOW, 1999), nos últimos anos, essa expressão tem ganhado espaço também na área do desenvolvimento, envolvendo suas dimensões econômica, ambiental, social e urbana, e contemplando aspectos individuais, coletivos, materiais, imateriais, objetivos e subjetivos.

Em função de sua complexidade, diferentes abordagens e problemáticas, evidenciam-se em muitos estudos recentes a busca por uma sistematização teórica e empírica acerca da qualidade de vida, que no meio urbano, tem sua visão apreendida não apenas em uma dimensão individual e subjetiva, mas que contempla, essencialmente, sua dimensão coletiva. Levando-se em conta o grau de adequação das características espaciais, ambientais e sociais da cidade às metas, planos e aspirações dos indivíduos, o que deverá ser priorizado é a ligação da qualidade de vida com o desenvolvimento urbano no sentido de aproximá-la ao cotidiano de seus habitantes, com o objetivo de efetivar suas capacidades e ampliar suas possibilidades de escolhas em um ambiente urbano mais justo, humano, cidadão e ambientalmente sustentável (SOUZA, 2008; VITTE; KEINERT, 2009; NAHAS, 2009).

Essa discussão tem se fortalecido pela crescente sistematização de indicadores de qualidade de vida urbana articulados por redes de cidades, organizações da sociedade civil, administrações públicas municipais e estudos locais, que buscam aprofundar o conhecimento das necessidades da população e de especificidades socioespaciais, vinculadas não só a aspectos econômicos, mas que envolvem também questões ligadas ao meio ambiente, serviços urbanos, habitação, mobilidade e transporte, educação, participação política, segurança, saúde, lazer, entre outros, contribuindo para um direcionamento mais efetivo de metas e ações no âmbito do planejamento e das políticas públicas, além de servir de base de informações para reivindicações da própria população (LEVA, 2005).

Esses sistemas, em essência, se desenvolvem baseados em metodologias preocupadas com a construção e aplicação de diferentes indicadores para comparar regiões de uma mesma cidade, redes de cidades ou países, com o objetivo de aprimorar técnicas de mensuração e compartilhar experiências no âmbito do planejamento urbano e das políticas públicas que dependem do real conhecimento dos problemas a serem enfrentados para sua eficácia, inclusive na relação com o lazer.

Compreender como se dá essa configuração no campo do lazer pode colaborar para ampliar seu debate no meio urbano, evidenciando suas potencialidades na superação de algumas das dificuldades cotidianas de sua democratização. Embora em diversos meios e discussões seja recorrente uma associação entre o lazer e a qualidade de vida, o aprofundamento teórico e, principalmente, empírico dessa relação ainda é escasso, sendo o presente trabalho uma tentativa de demonstrar a importância da aplicação desses indicadores para sua melhor compreensão.

Assim, a partir de um estudo exploratório, de caráter bibliográfico e documental, buscou-se articular o lazer como um campo temático presente em alguns sistemas de indicadores de monitoramento de qualidade de vida urbana, evidenciando como essa relação tem sido construída e a partir de quais indicadores, apontando possíveis contribuições para estudos futuros e potencialidades para o planejamento urbano.

Por ser o lazer um tema bastante amplo, que envolve diversos interesses culturais – dentre eles físicos, artísticos, manuais, intelectuais, sociais (DUMAZEDIER, 1980); turísticos (CAMARGO, 2003); e virtuais (SCHWARTZ, 2003), entre outras classificações – nessa pesquisa foi dada ênfase à estrutura do espaço público de lazer urbano destinada aos interesses físico-esportivos, na perspectiva de que tais atividades possuem uma estreita relação com as políticas públicas de esporte/lazer, com o uso dos espaços públicos disponíveis em maior número nas cidades brasileiras e com a busca de uma maior qualidade de vida para a população, também integrada à saúde coletiva.

Assim, ressalta-se que nas análises, o termo lazer é utilizado de forma geral, contemplando o esporte como um de seus conteúdos e, por vezes, se utilizará o termo esporte/lazer de forma conjunta. Além desse esclarecimento, é importante, ainda, salientar que a pesquisa foi realizada a partir de diferentes contextos que podem utilizar expressões próximas ao termo lazer como recreação, diversão, atividades lúdicas sem, necessariamente, comprometer ou restringir seu significado.

Como existem muitas experiências de metodologias e desenhos organizacionais de monitoramento da qualidade de vida urbana, foram identificadas e selecionadas – a partir de sistemas citados por autores de referência na área e de pesquisa exploratória de experiências nacionais e internacionais que estavam disponíveis com livre acesso de dados na internet – seis experiências que integraram o lazer como uma de suas temáticas, especialmente na relação com os interesses físico-esportivos, que serão apresentadas a seguir.

INDICADORES DE LAZER NOS SISTEMAS DE QUALIDADE DE VIDA URBANA

Pela variedade de procedimentos operacionais envolvidos, optou-se por desenvolver uma análise mais geral de quatro desses sistemas considerados relevantes (*Global City Indicators; The Quality of Life Project – da Nova Zelândia; Sistema de Monitorização de Qualidade de Vida Urbana da cidade de Porto; Programa Bogotá como Vamos*) e específica de outros dois, notadamente por refletirem experiências mais próximas da realidade nacional (*Índice de Qualidade de Vida Urbana–IQVU de Belo Horizonte; Rede Nossa São Paulo*). Como síntese inicial dos sistemas selecionados, organizou-se o quadro abaixo para melhor visualização, com ênfase na natureza dos indicadores levantados.

Quadro 1: Síntese dos Sistemas de Indicadores de Monitoramento de Qualidade de Vida Urbana selecionados

Sistemas de Indicadores	Tipo de Indicadores
<i>Global City Indicators</i> (Universidade de Toronto - Canadá)	Indicadores objetivos.
<i>The Quality of Life Project</i> (Nova Zelândia)	Indicadores objetivos e subjetivos (escalas de satisfação).
<i>Sistema de Monitorização de Qualidade de Vida Urbana da Cidade de Porto</i> (Portugal)	Duas fases. Indicadores objetivos e pesquisas de percepção.
<i>Programa Bogotá como Vamos</i> (Colômbia)	Duas fases. Indicadores objetivos e pesquisas de percepção. Referência na América Latina.
<i>Índice de Qualidade de Vida Urbana – IQVU</i> de Belo Horizonte (Brasil)	Indicadores objetivos. Referência para a construção do IQVU- Brasil.
Rede Nossa São Paulo (Brasil)	Plataformas múltiplas. Indicadores objetivos e subjetivos.

Fonte: Elaboração dos autores (2018).

No contexto internacional, o *Global City Indicators (Programa de Indicadores Urbanos Global)* é uma boa referência por constituir-se em uma rede de mais de 80 cidades em diferentes partes do mundo, inclusive das cidades de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre e Florianópolis, e tem como objetivo ajudar a monitorar e a melhorar seus desempenhos nas questões referentes à qualidade de vida urbana.

Esse programa busca estimular entre as cidades o desenvolvimento de um conjunto de mais de 90 indicadores urbanos padronizados e distribuídos por 22 temas, que contemplam as áreas de: Serviços Urbanos; Participação Cívica; Cultura; Lazer; Economia; Meio ambiente; Habitação; Equidade Social; Bem-estar Subjetivo; Tecnologia e Inovação. A metodologia tem por base dados coletados pelo Programa de Indicadores Urbanos do UN-HABITAT / ONU e de outros programas já desenvolvidos, com a intenção de construir indicadores que sejam suficientemente padronizados de modo a permitir a comparação entre as cidades e a verificação por terceiros (GLOBAL CITY INDICATORS, 2002; 2010).

Nesse programa, o esporte/lazer é associado ao termo recreação (*recreation*), entendido como um importante aspecto da vida na cidade, que contribui para a saúde dos habitantes e vitalidade de uma cidade, sendo um serviço oferecido por muitas cidades através de parques, campos, quadras, ginásios, lagos, jardins etc., e por um departamento de recreação. Essa variável é analisada a partir de uma dimensão objetiva, direcionada pela mensuração da “*quantidade per capita de metros quadrados de espaço de lazer público*” e pela “*porcentagem dos gastos com lazer público em relação ao orçamento municipal total*”. Além desses dois indicadores, é sinalizado, como indicador desejável a ser desenvolvido nesse campo, em uma dimensão qualitativa, um “*Indicador do nível de uso dos espaços de lazer*” (GLOBAL CITY INDICATORS, 2010).

Na experiência da Nova Zelândia – *The Quality of Life Project* – tem-se a distribuição em nove áreas e diversos indicadores. Como indicador objetivo para a área relacionada ao Lazer, propõe-se o termo Espaço Público Aberto (*Open Space*) – justificando-se que o acesso a áreas para brincadeiras e espaços abertos para esporte e recreação é um importante ingrediente para compreender como as pessoas se sentem sobre o lugar onde vivem, brincam e se divertem no seu tempo de lazer. Além disso, evidenciam que o espaço público aberto pode contribuir para a manutenção da saúde geral e para o bem-estar de uma comunidade (tradução livre). A operacionalização desse indicador é realizada pela construção da “*razão entre área de espaço público aberto/ 1000 habitantes*”. Na análise desses resultados, essa experiência destaca que a disponibilidade de espaços públicos pode afetar a satisfação das pessoas com a aparência e sentimento com relação à cidade, qualidade do ar, acesso a lazer e recreação. Mesmo que não haja nenhuma variação na quantidade de espaço público, seu uso pode ser afetado por um crescimento no número de pessoas que o utilizam através de mudanças na população, aumento populacional, disponibilidade de outras opções de lazer e recreação (tradução livre) (THE QUALITY OF LIFE PROJECT, 2010).

Outro indicador objetivo calculado diz respeito à área da Atividade Física (*Physical Activity*) e avalia a porcentagem de população ativa, ou seja, parcela que realiza ou participa

de atividades físicas de algum tipo de lazer ou esportes. Como indicador subjetivo, na área *“Access to Leisure and Recreation opportunities”* – amplamente definido como acesso a parques, praias, clubes, esportes, cafés, galerias e outras atividades de lazer – propõe-se uma escala de satisfação da população com seu acesso a oportunidades de lazer e recreação, variando de *“muito satisfeito”*; *“satisfeito”*; *“neutro”*; *“insatisfeito”*; *“muito insatisfeito”* (THE QUALITY OF LIFE PROJECT, 2010).

No *Sistema de Monitorização de Qualidade de Vida Urbana* da cidade de Porto, em Portugal, o modelo analítico construído estabelece quatro grandes domínios: Condições ambientais, Condições econômicas, Condições materiais coletivas e Sociedade, distribuídos por cinco zonas da cidade. Também há a existência de indicadores objetivos e subjetivos para o esporte/lazer, associados às condições materiais coletivas e concentrados no tema *“Desporto e Tempos Livres”*. Na dimensão objetiva, os indicadores propostos concentram-se na área *“Equipamentos Desportivos”* e referem-se a: *“Equipamentos desportivos Pavilhões por 1000 hab.”*; *“Piscinas por 1000 hab.”*; *“Outras instalações desportivas por 1000 hab.”*. Mais recentemente, outro indicador foi inserido nessa área e refere-se à *“Extensão de ciclovias”*, calculada a partir de *“km por 1000 hab.”* (CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, 2010; 2018).

A dimensão subjetiva foi contemplada por uma pesquisa de percepção, posterior à coleta dos dados objetivos, para a apreciação da situação da cidade a partir das áreas temáticas para avaliação da Qualidade de Vida. No caso da área *“Desporto e Tempos Livres”*, a população avaliou em sua região de moradia os *“Espaços recreativos e de lazer (se muito bom; bom; mau; muito mau)”* e os *“Locais para a prática desportiva (muito bom; bom; mau; muito mau)”* (CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, 2010).

O programa *“Bogotá Como Vamos”* é tido como referência para sistemas de monitoramento de qualidade de vida na América Latina. Surgiu na Colômbia, em 1997, como um exercício de cidadania para investigar, observar e direcionar ações da Administração Distrital e do plano de desenvolvimento urbano nas questões relacionadas à qualidade de vida em diversas áreas, levando em consideração tanto indicadores técnicos quanto indicadores que envolvem a percepção dos cidadãos por diferentes regiões da cidade (BOGOTÁ COMO VAMOS, 2010).

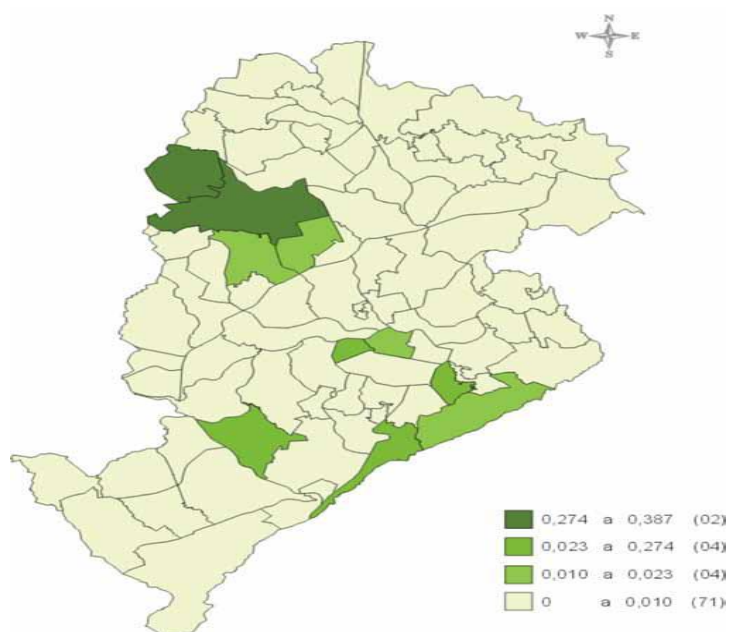
Dividido em 14 áreas temáticas, com mais de 450 indicadores, na área do lazer o programa tem como indicador objetivo o *“Promedio de espacio público peatonal por habitante”* definido como *“a cantidad de espacio público medida en metros cuadrados per cápita disponible por cada habitante de la ciudad”*. *“En esta contabilización se incluyen andenes, alamedas, plazas, plazoletas, áreas de cesión, antejardines y demás espacios destinados para el libre tránsito y disfrute de los peatones”*. Na dimensão qualitativa, foi realizada a *“Calificación ciudadana a parques y zonas verdes”*, que variava de 1 a 5, e respondia a pergunta específica para medir a percepção da população sobre a qualidade dos parques e das zonas verdes públicas do seu bairro: *“¿Cómo califica Ud. estos parques y zonas verdes públicas de 1 a 5 siendo 1 muy malo y 5 muy bueno?”* (BOGOTÁ COMO VAMOS, 2010).

As experiências nacionais da cidade de Belo Horizonte e de São Paulo serão detalhadas com mais rigor. A escolha dessas duas cidades justifica-se não só pela

importância no país, mas principalmente porque essas são tidas como referência na produção de indicadores de qualidade de vida urbana não só no contexto nacional, uma vez que a metodologia de construção do Índice de Qualidade de Vida Urbano (IQVU) da Prefeitura de Belo Horizonte foi utilizada como parâmetro para a construção do IQVU – BRASIL, e os sistemas produzidos pela *Rede Nossa São Paulo* da cidade de São Paulo são tidos como referência para todo o país; mas também pela sua relevância no contexto internacional, como cidades-piloto do Programa de Indicadores Urbanos Global (*Global City Indicators*).

O IQVU é tomado como referência para a análise por ser uma ferramenta desenvolvida, desde 1994, pela Prefeitura de Belo Horizonte, tendo sido aplicada nos anos de 1996, 2000, 2006, 2010 e 2014, estruturada a partir de 38 indicadores com base em dados prioritariamente quantitativos, agrupados em 23 componentes e estes em 10 variáveis representativas das dimensões mais importantes da Qualidade de Vida Urbana – Abastecimento, Cultura, Educação, Esportes, Habitação, Infraestrutura, Meio Ambiente, Saúde, Serviços Urbanos e Segurança Urbana. Cada variável recebe um peso específico de acordo com a sua importância relativa e compõe o índice que varia de 0 a 1, no qual quanto maior o índice, melhor é a qualidade de vida analisada em cada uma das 81 Unidades de Planejamento (UP), previamente elaboradas pelo Plano Diretor do município. Esse sistema permite a mensuração das condições de vida nos locais intraurbanos de Belo Horizonte, classificando as regiões da cidade e influenciando o estabelecimento de prioridades na gestão dos recursos, em bases objetivas (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2016). A figura na sequência sintetiza uma das formas como os dados analisados podem ser disponibilizados. A produção dos mapas temáticos facilita a visualização e enfatiza as desigualdades intraurbanas encontradas.

Figura 1: IQVU – Esportes (IQVU – Belo Horizonte/2006)



Fonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 2006.

A experiência da cidade de São Paulo é analisada a partir dos indicadores construídos pelo *Movimento Nossa São Paulo*, lançado em maio de 2007 com base em experiências bem sucedidas de cidades como Bogotá e que, a partir de 2010, configura-se como a *Rede Nossa São Paulo* (2018), com mais de 700 organizações da sociedade civil integradas. Essa organização também participa da Rede Social Latino Americana e Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis que promovem a troca de informações e conhecimentos entre os integrantes no aprendizado mútuo, apoio e fortalecimento de cada experiência local na busca por outro modelo de desenvolvimento das cidades. Tem como uma de suas finalidades a realização de estudos e pesquisas no monitoramento da qualidade de vida na cidade de São Paulo através da coleta de indicadores junto a diversos órgãos, além de contar com o apoio de lideranças comunitárias, entidades da sociedade civil, empresas e cidadãos.

Assim, a *Rede Nossa São Paulo* auxilia a Administração Municipal e capacita os cidadãos na compreensão dos problemas urbanos relacionados à discussão da qualidade de vida na cidade, com o uso de indicadores quantitativos e qualitativos. Dentre seus programas e iniciativas, destacam-se o *Programa de Indicadores e Metas*; a *2ª Edição da Pesquisa de percepção “Viver em São Paulo”*, do Observatório Cidadão; e o *IRBEM – Indicadores de Referência de Bem-Estar no Município*, iniciado em 2010 e que já se encontra em sua 7ª edição (2017).

O Observatório Cidadão disponibiliza um conjunto de indicadores sociais, ambientais, econômicos, políticos e culturais sobre a cidade de São Paulo, que são constantemente atualizados, avaliados e divulgados para monitorar a qualidade de vida na cidade, as políticas sociais e a gestão pública municipal, influenciando as políticas públicas no município. Esses indicadores quantitativos são trabalhados não só com as médias da cidade, que podem ser extremamente desiguais, mas também com a segmentação regional através de indicadores das 31 subprefeituras, sendo possível acessar análises comparativas de cada indicador (NOSSA SÃO PAULO, 2010).

A forma como cada sistema é estruturado irá refletir diretamente na construção das variáveis relacionadas ao esporte/lazer. Assim, como a metodologia de construção do IQVU-BH tem como base a estruturação de indicadores mais objetivos, a área do esporte/lazer irá se inserir numa lógica mais quantitativa. Já no caso do conjunto de indicadores da *Rede Nossa São Paulo*, o esporte/lazer se insere nas duas perspectivas, com ênfase na dimensão mais subjetiva e de indicadores qualitativos de percepção.

No IQVU-BH (2006), a variável para essa área é colocada no item 4, com a nomenclatura *Esportes*. Acreditamos que a escolha da nomenclatura *Esportes* como síntese das práticas de lazer voltada para vivência físico-esportiva se dá com base na estrutura organizacional da administração municipal, na qual é a Secretaria Municipal Adjunta de *Esporte* (SMAES/PBH) a responsável por implementar a gestão de programas não só esportivos, mas também de lazer. A estrutura do indicador foi construída com base na identificação da variável *Esporte*, tendo como componente de análise os *Espaços públicos para recreação*. O cálculo do indicador proposto foi feito a partir da relação entre *Quadras*,

campos e pistas de Cooper por 1.000 habitantes [(número de quadras, campos e pistas/população) x 1.000], a partir dos dados disponibilizados pela SMAES/BH¹.

A análise da variável *Esportes* pode contribuir para a compreensão da distribuição dos equipamentos esportivos pela cidade e da relação entre número de equipamentos disponíveis e população local/ entorno, verificando aquelas áreas que precisam de mais investimentos. Por outro lado, como a base de dados é extremamente objetiva, a verificação de questões que envolvem aspectos mais qualitativos de análise – como o grau de uso desses espaços ou o estado de conservação – não é contemplada.

Na análise das iniciativas da *Rede Nossa São Paulo*, o conjunto de 133 indicadores do *Programa de Indicadores e Metas* escolhidos para avaliar a qualidade de vida na cidade de São Paulo, disponível no Observatório Cidadão, aborda o esporte/lazer dentro da área temática com a nomenclatura *Esporte*, tendo como fonte a Secretaria Municipal de Esporte (SEME). Como sua dimensão é mais quantitativa, a avaliação se dá a partir de cinco indicadores: *Equipamentos esportivos* (porcentagem dos equipamentos públicos de esporte em cada subprefeitura, sobre o total do município, sendo considerado equipamento esportivo um elemento específico para prática de esporte, como piscina, quadra, ginásio, pista de atletismo, entre outros); *Unidades esportivas* (porcentagem das unidades públicas de esporte em cada subprefeitura, sobre o total do município, sendo que cada unidade esportiva pode conter diversos equipamentos esportivos); *Acesso à vaga pública para prática desportiva* (porcentagem de ocupação das vagas públicas para prática desportiva orientada); *Educadores desportivos* (porcentagem de educadores desportivos sobre as vagas oferecidas para atividades públicas de prática desportiva orientada) e *Vagas oferecidas* (total de vagas públicas para a prática desportiva orientada).

Estão disponíveis no *site* da rede os dados para os dois primeiros indicadores, que permitem comparações entre as 31 subprefeituras no que se refere à distribuição desses espaços na cidade; identificação das três subprefeituras melhores e das três piores; bem como expressa o *fator de desigualdade subprefeituras* (que significa quantas vezes a subprefeitura com classificação mais baixa está pior do que aquela com classificação mais alta). A análise dos dados é construída de forma bem similar ao indicador proposto no IQVU – BH.

Já com relação à dimensão mais qualitativa, a *2ª Edição da Pesquisa de percepção “Viver em São Paulo”/2009* do Observatório Cidadão, construiu indicadores de percepção referentes à área do esporte/lazer disponibilizados com a nomenclatura de *Atividades Culturais e de Lazer*. Conforme colocado anteriormente, o presente trabalho não tem como objetivo investigar a área dos interesses culturais do lazer, portanto, a análise se concentra

¹ Após esse cálculo, o indicador foi corrigido pela “medida de acessibilidade”, que aumenta a complexidade dos cálculos do IQVU devido à consideração de influências cruzadas. Segundo Nahas *et al* (2006, p.15), “quando a população residente num determinado local utiliza serviços ofertados em outro, ocorre simultaneamente um aumento da distância da disponibilidade ofertada de serviços para esta população e diminuição para aquela. A acessibilidade (aqui entendida como possibilidade espacial de acesso) a uma dada oferta de serviço decresce com o tempo de deslocamento, que por sua vez está diretamente relacionado com a distância a ser percorrida”.

nos itens que estabelecem relação com os interesses físico-esportivos, embora seja relevante destacar também sua presença em quase todos os sistemas analisados até então.

Algumas das questões referentes às atividades culturais e de lazer foram construídas com base numa escala de satisfação de 1 a 10, em que 1 significa que a pessoa está totalmente insatisfeita, e 10 significa que a pessoa está totalmente satisfeita, contemplando assuntos como: *oportunidade e condição da população de participar de atividades de esporte; oportunidade e condição da população participar de atividades de lazer e recreação; espaços e equipamentos públicos para atividades de lazer e recreação; espaços e equipamentos públicos para atividades de esporte.*

Com relação às atividades esportivas, buscou-se analisar questões referentes a: *% da população que tem próximo de casa quadra esportiva; se a pessoa pratica ou não alguma atividade esportiva.* Com as respostas, foi montado um perfil de quem pratica atividade esportiva, levando em consideração variáveis como sexo, idade, escolaridade e renda familiar, além do local onde essas atividades acontecem (clube; rua; praças/parque público; escolas/universidades; academia; quadra esportiva; local onde mora – residência /prédio / casa). Com relação às atividades de lazer, foi construída uma frequência nos últimos 12 meses em que a população realizou atividades específicas de lazer (muitas vezes; poucas vezes; nenhuma), estando entre as atividades propostas se *passeou em parques e praças; assistiu a eventos esportivos.*

Embora as questões contempladas na pesquisa de percepção de 2009 seja um avanço para a forma como a questão do esporte/lazer vem sendo tratada nos sistemas de indicadores de qualidade de vida urbana, ao trabalhar com as médias na cidade, a pesquisa não teve como avaliar as desigualdades existentes entre as diferentes regiões. Porém, os seus resultados produzem diagnósticos importantes acerca das principais áreas em que a população mostra-se insatisfeita e os avanços nas áreas em que a satisfação tem crescido, podendo servir como um direcionamento para as ações da política setorial de esporte e lazer no município.

Com o objetivo de aprofundar ainda mais a discussão, o *IRBEM – Indicadores de Referência de Bem-Estar no Município* é o instrumento mais importante e completo lançado pela *Rede Nossa São Paulo*, que procura avaliar questões relativas à qualidade de vida urbana com recorte proporcional ao perfil e número de moradores por região, permitindo assim uma melhor interpretação dos seus resultados e levando em consideração as diferentes regiões da cidade.

O *IRBEM* utiliza a mesma escala de satisfação para a população e busca identificar com relação ao *Esporte* questões como: *frequência com que realiza atividades esportivas; proximidade de equipamentos públicos para atividades de esporte; frequência com que se praticam esportes na escola.* Na área do *Lazer e Modo de Vida*, a escala de satisfação busca avaliar, dentre outros: *tempo disponível que possui para lazer; frequência com que faz atividades físicas; frequência com que vai a clubes ou espaços de lazer e recreação.*

Como síntese, evidencia-se que a comparação, mesmo que de forma ampla, entre esses sistemas de indicadores pesquisados, mostra que, na área do esporte/lazer, a

dimensão objetiva, por meio de indicadores mais quantitativos, ainda tem primazia na construção desses levantamentos de informações, enfatizando a relação entre estrutura física para realização dessas atividades e sua distribuição nas cidades ou regiões de uma cidade, a partir de unidades de planejamento definidas, como no caso das experiências da cidade do Porto, Bogotá, Belo Horizonte e São Paulo.

Por outro lado, existem tentativas iniciadas, de forma mais sistematizada como na cidade de São Paulo, que têm buscado agregar à dimensão quantitativa análises que também levem em consideração aspectos qualitativos baseados na percepção e satisfação da população, não só com relação à estrutura física, mas também com relação ao tempo disponível para essas atividades, à frequência de realização, ao grau de importância que assumem na qualidade de vida, ao nível de bem-estar que propiciam, entre outros, aproximando o conceito de qualidade de vida urbana a uma dimensão mais subjetiva, conjuntamente necessária para a compreensão do fenômeno do lazer no âmbito urbano.

POTENCIALIDADES PARA O PLANEJAMENTO URBANO

A partir da pluralidade de áreas temáticas e formas de configuração dos diversos sistemas de monitoramento de qualidade de vida urbana, brevemente apresentados na interação de alguns desses sistemas com o campo do esporte/lazer, destaca-se a importância e o potencial de se aplicar indicadores desse tipo para levantar informações e identificar desigualdades, o que pode auxiliar diferentes órgãos responsáveis pelo direcionamento de políticas urbanas em interface com outras políticas públicas. A busca por informações e a elaboração de diagnósticos acerca da realidade que compõe seus diversos campos podem subsidiar e direcionar ações para outras formas de planejamento que, de fato, ampliem a qualidade de vida urbana e se aproximem de toda a população nos mais diferentes contextos.

No caso do lazer, a elaboração de diagnósticos de necessidades nesse campo, segundo Müller (2002), é um dos instrumentos que iniciam ações de planejamento e concepção de políticas públicas setoriais de esporte e lazer, contemplando indicadores sobre dados que podem ser históricos, político-administrativos, demográficos, de perfil psicográfico e de mapeamento de recursos.

“As informações históricas podem ser a identidade, a vocação, a origem do povo, a evolução da cidade etc. Os dados político-administrativos são o plano de governo, as leis sobre o lazer, o modo de constituição das unidades administrativas para a área, a identificação dos recursos programáticos isto é, seus programas e eventos públicos e privados, metodologia empregada pelo governo ou órgão privado de participação nas decisões de planejamento e orçamento, entre outros. Os dados demográficos buscam informações sobre o processo de urbanização, grau de escolaridade, distribuição dos gêneros (sexos), faixas etárias, estado civil, segmentos especiais da população, entre outras. O perfil psicográfico

da população identifica os hábitos, as atitudes, as motivações que levam as pessoas a participarem de uma experiência de lazer. O mapeamento de recursos busca o conhecimento sobre recursos: físicos; humanos; equipamentos ou materiais; financeiros” (BRAMANTE, 1997 *apud* MÜLLER, 2002, p.23)².

Nesse sentido, destaca-se a contribuição dos dados levantados por meio da pesquisa apresentada que, além dessas informações, evidencia que quando se insere o lazer como uma área relacionada à qualidade de vida urbana, ampliam-se as possibilidades de investigação e cruzamento de informações com outros campos essenciais na configuração de uma vida com mais qualidade no meio urbano, além de contribuir com a construção de novos indicadores relacionados às suas práticas; tempo disponível para essas práticas; seus espaços e sua distribuição; escalas de percepção da população quanto à satisfação de diversos aspectos que influenciam sua vivência individual e coletiva, integrada a outros temas, além da possibilidade de levantamento de indicadores georreferenciados.

Destaca-se, ainda, que a formulação de indicadores urbanos que avaliam a oferta disponível para a população, enfatizando a acessibilidade, possibilita ao poder público identificar “prioridades setoriais e também espaciais, para que suas políticas, programas e investimentos resultem em melhoria da qualidade de vida que a cidade oferece a seus moradores”; embora esbarre na dificuldade de lidar nas grandes cidades, e também, mais recentemente nas cidades médias, “com as profundas diferenças em seu interior, nos mais diversos aspectos” (NAHAS, 2008, p.96).

“Nessa situação, torna-se indispensável a construção de indicadores georreferenciados no espaço intraurbano, permitindo também ao gestor público local a identificação de prioridades espaciais para certos investimentos, especialmente localização de equipamentos sociais que promovam um acesso equitativo a serviços e bens, promovendo a inclusão e a equidade” (NAHAS, 2008, p.96).

No desenvolvimento de pesquisas de qualidade de vida urbana, a preocupação com o levantamento de dados territorializados – tendo a dimensão intraurbana como pressuposto metodológico central – é importante para romper com a produção de análises gerais baseadas na média dos dados agregados, que pouco auxilia o direcionamento efetivo de políticas públicas para redução das muitas desigualdades socioespaciais existentes.

No processo de construção de indicadores, deve-se dar atenção especial à definição de unidades espaciais de cálculo para o dimensionamento das disparidades no interior dessas cidades. Segundo Nahas (2009, p.126), a construção de indicadores georreferenciados em unidades espaciais intraurbanas previamente definidas é fundamental para compreender os diferentes e desordenados processos de ocupação do solo nas cidades, que produziram um mosaico espacial profundamente desigual em múltiplos aspectos e setores,

² BRAMANTE, Antônio Carlos. Qualidade no gerenciamento do lazer. In: BRUHNS, Heloísa (Org.). *Introdução aos Estudos do Lazer*. Campinas: UNICAMP, 1997.

cuja compreensão “é fundamento indispensável ao planejamento municipal voltado para a formulação de políticas públicas que promovam a redução de tais desigualdades”.

A inserção do lazer como um dos elementos para mensurar qualidade de vida urbana, ainda que não seja uma unanimidade e não ocorra de modo uniforme, principalmente pela sua complexidade conceitual envolvendo diferentes interesses, se dá em grande parte dos sistemas de indicadores analisados. A presença de questões referentes ao lazer e o compartilhamento de experiências entre esses sistemas são importantes para o aprimoramento de indicadores, contribuindo para sua legitimação no debate em torno da qualidade de vida nas cidades e no direcionamento de ações específicas para suas políticas setoriais articuladas com as políticas urbanas, fundamentais em um contexto tão desigual de acesso a suas vivências.

Na relação específica entre as políticas públicas de esporte/lazer e as políticas urbanas, destaca-se a necessidade de que ambas sejam compreendidas numa dimensão ampla, que priorize a articulação de setores e a participação popular nos processos decisórios e de gestão compartilhada. Mas há uma grande dificuldade em se inserir de fato a questão do espaço para o lazer na política urbana, principalmente pela falta de legitimação social e vontade política que cerca o lazer na cidade. Nesse sentido, a perspectiva colocada por Marcellino (2006, p. 86), enfatiza que:

“Falar numa política de lazer significa falar não só de uma política de atividades, que na maioria das vezes acabam por se constituir em eventos isolados, e não em política de animação como processo; significa falar em redução da jornada de trabalho- sem redução de salários, e, portanto, numa política de reordenação do tempo, numa política de transporte urbano etc.; significa também, incluir uma política de formação e desenvolvimento de quadros, pois depende de uma estrutura de animação, formada de animadores profissionais de competência geral, específica e voluntários. E, finalmente, falar numa política de reordenação do solo urbano, incluindo aí os espaços e equipamentos de lazer, o que inclui a moradia e seu entorno, mas não se restringe a ela”.

Para Cruz (2001, p. 109), o espaço pode ser entendido como o centro das possibilidades de intervenção das prefeituras, principalmente quanto ao combate à especulação imobiliária, que favorece o uso do solo urbano para o enriquecimento de alguns e não o seu uso pela maioria. Na prática, segundo o autor, o que mais pode ser feito com relação aos espaços de lazer estaria diretamente relacionado à ampliação da rede de equipamentos, bem como a conservação adequada dos equipamentos e espaços públicos já existentes; à busca da democratização da discussão quanto à ocupação do solo urbano; à criação de leis para determinar o cumprimento de normas que garantam a existência de espaços adequados ao bem-viver nas diversas apropriações do solo urbano; à utilização das escolas municipais como centro de cultura e espaço para o lazer e, também, à discussão prévia entre técnicos e comunidade na instalação de equipamentos de lazer.

Ao aprofundar o modelo da gestão pública referente ao espaço de lazer e esporte na cidade, Rechia (2007, p. 249) identifica que:

“O modelo de planejamento e gestão dos espaços destinados ao lazer, esporte, e cultura e as diversas possibilidades de intervenção nesses ambientes não é algo que possa ser tomado independente de um contexto maior de discussão sobre planejamento, a gestão e a dinâmica urbana de uma cidade. Portanto, um enfoque é fundamental para essa análise: trata-se de visualizar a forma pela qual a evolução do tratamento da questão urbana vem se desenvolvendo, buscando inserir a discussão sobre o modelo das políticas públicas de lazer e esportes nesse contexto, no que se refere tanto ao planejamento dos espaços, quanto aos programas de intervenção”.

Assim, priorizando-se a interação com diferentes aspectos que influenciam o cotidiano urbano, a infraestrutura de equipamentos e espaços, bem como o respeito às necessidades da população, a política de lazer – amparada por programas específicos, interesse do Poder Público e legitimada pela sociedade – traz uma nova forma de pensar a cidade em interface com seus espaços públicos de lazer, o que pode ser potencializado a partir da construção de indicadores de qualidade de vida urbana para seu constante monitoramento, divulgação e auxílio no direcionamento de ações para o planejamento urbano nesse campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A associação do planejamento urbano à temática da qualidade de vida, tão presente hoje em dia nos mais variados campos, suscita mudanças de percepções, pensamentos e valores, tanto para o sentido e significado de ações, quanto para deliberações dos gestores. Está, também, ligada a uma nova visão de mundo e de cidade, que prioriza a dimensão coletiva e os interesses sociais, e que, no âmbito do espaço, busca ampliar as relações que o sujeito estabelece com o lugar onde vive.

Aprofundar o conhecimento da realidade do lazer nas cidades é fundamental para o seu desenvolvimento enquanto área da qualidade de vida e, conforme evidenciado, muitos sistemas de monitoramento têm procurado inseri-lo como uma das variáveis a serem pesquisadas, levando em consideração, principalmente, a distribuição de equipamentos culturais, de infraestrutura esportiva, de parques, praças e outros, pelas cidades. Ao expor as desigualdades intraurbanas em alguns casos, o levantamento desses indicadores torna-se uma ferramenta valiosa para o direcionamento de políticas públicas específicas e para ações integradas de planejamento urbano.

Assim, o levantamento de indicadores de qualidade de vida urbana relacionado ao campo do lazer, aqui proposto, buscou evidenciar algumas das potencialidades que essa forma de sistematização de informações enseja no direcionamento de ações de

planejamento urbano e de políticas públicas de esporte e lazer para reduzir desigualdades, democratizar o lazer e aumentar a qualidade de vida urbana, podendo contribuir para novas possibilidades de pesquisas e ações nessa direção.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Congresso Nacional. Lei n. 10.257 de 10 de julho de 2001(*Estatuto da Cidade*). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS_2001/L10257.htm> Acesso em: 10 maio 2008.

BELO HORIZONTE. *Secretaria de Planejamento/ Indicadores*. 2016. Disponível em: <<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/>>. Último acesso em: Out., 2016.

BELO HORIZONTE. *Texto: Indicadores e resultados do IQVU 2006 – Nova Metodologia*. 2006. Disponível em: <<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/>>. Último acesso em: Janeiro, 2010.

BOGOTÁ COMO VAMOS. Colômbia. 2010. Disponível em: <<http://www.bogotacomovamos.org>>. Acesso em 15 jan. 2010.

CAMARGO, Luiz. *O que é lazer?* São Paulo: Brasiliense, 2003.

CRUZ, Manuel. A experiência da frente popular de Florianópolis. In: CRUZ, Manuel. *Lazer e esporte: políticas públicas*. 2.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. p. 87-116.

DUMAZEDIER, Joffre. *Valores e conteúdos culturais do lazer*. São Paulo: SESC, 1980.

GLOBAL CITY INDICATORS. *Indicadores Urbanos Globais: Uma Abordagem Integrada para a Mensuração e Monitoramento do Desempenho das Cidades*. 2002. Disponível em: <<http://cityindicators.org>> . Último acesso em: Out. 2010.

GOMES, Christianne. Lazer e Cidade: reflexões. In: BRANDÃO, Carlos (Org.) *As Cidades da Cidade*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006. p. 171-184

LEVA, Gérman. *Indicadores de calidad de vida urbana: teoría y metodología*. Universidad Nacional de Quilmes. 2005.

MARCELLINO, Nelson. O lazer e os espaços na cidade. In: YSAYAMA, Helder; LINHALES, Meily (Orgs.) *Sobre lazer e política: maneiras de ver, maneiras de fazer*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 65-92.

MASCARENHAS, Fernando. *Lazer e grupos sociais: concepções e método*. 2000. 122 f. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, 2000. Disponível em: <<http://cutter.unicamp.br/document/?code=vtls000213344&fd=y>>. Acesso em: 15 ago. 2008.

MÜLLER, Ademir. Lazer e desenvolvimento regional: como pode nascer e se desenvolver uma idéia. In: _____; DA COSTA, Lamartine. *Lazer e desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul, SC: EDNISC, 2002. p. 9- 40.

NAHAS, Maria Inês. Qualidade de vida urbana em números. *ComCiência* (UNICAMP), v.96, p.96, 2008.

NAHAS, Maria Inês. Indicadores Intra-Urbanos como instrumentos de gestão da qualidade de vida urbana em grandes cidades: uma discussão teórico-metodológica. In: VITTE, Claudete; (Orgs.) *Qualidade de Vida, Planejamento e Gestão Urbana: discussões teórico-metodológicas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2009. p. 123-153.

PORTO. Câmara Municipal. *Sistema de Monitorização de Qualidade de Vida Urbana*. Disponível em: < http://www.cm-porto.pt/paginas_extra/smqvu- >. Acesso em: 15 jan. 2018.

RECHIA, Simone. “Cidades Brasileiras: múltiplos desafios para as Políticas Públicas de Lazer e Esportes. In: MELO, Victor et al. ; (Orgs.) *A temática no âmbito das Ciências Humanas e Sociais _ anais do VIII Seminário Lazer em Debate*. 1ª edição: Rio de Janeiro: Grupo de Pesquisa “Anima”/ Programa de Pós- Graduação em História Comparada, 2007. p. 244-250.

REDE NOSSA SÃO PAULO. Disponível em: <<http://www.nossasaopaulo.org.br/portal>> . Acesso em: Out. 2016.

SCHWARTZ, Gisele Maria. *O conteúdo virtual: contemporizando Dumazedier*. Licere, Belo Horizonte, v.2, n.6, p.23-31, 2003.

SOUZA, M. L. de. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. 5.ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2008.

THE QUALITY OF LIFE PROJECT. Nova Zelândia. Disponível em: <<http://www.bigcities.govt.nz/index.htm>> . Acesso em: 15 jan. 2010.

VITTE, Claudete; KEINERT, Tânia. Apresentação. In: _____(Orgs.) *Qualidade de Vida, Planejamento e Gestão Urbana: discussões teórico-metodológicas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2009. p. 09-11.

YUAN, Lim; YUEN, Belinda; LOW, Christine. Quality of life in cities – Definition , Approches and Research. In : _____, *Urban Quality of Life : critical issues and options*. Singapura, National University of Singapore, 1999. p.01- 12.